EDITAL DE DISCRIMINAÇÃO DE TERRA DEVOLUTA
PROCESSO Nº 67818820

Os Membros da Comissão Especial Permanente de Discriminatória - CEPD, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei 9769, de 28 de dezembro de 2011, regulamentada pela Instrução Normativa nº 006, de 30 de Setembro de 2013, FAZEM SABER, aos que do presente Edital vierem a tomar conhecimento ou dele tiverem notícias, que está sendo requerida por **Antônio do Carmo Primo - Gleba A**, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no RG Sob o nº 325745 STPC ES e no CPF sob o n.º 451.558.107-44, domiciliado no local denominado Córrego Manteninha, Distrito de Sede, Município de Mantenópolis, a legitimação de uma área de terras presumidamente devoluta localizada no Estado do Espírito Santo, com limites e demais características assim descritas: **UMA PROPRIEDADE RURAL MEDINDO 38.979,08 m² (TRINTA E OITO MIL, NOVECENTOS E SETENTA E NOVE METROS QUADRADOS E OITO DECÍMETROS QUADRADOS) situada no lugar denominado Gleba A - Cabeceira do Córrego Manteninha, de coordenadas UTM E: 280000 m; N: 7912800 m, fuso 24K, Datum SIRGAS2000, Distrito de Sede, Município de Mantenópolis /ES, limitando-se: a Norte com: Geni Batista de Souza e Estrada Municipal; a Sul com Estrada Municipal e Jorselem Nunes; a Este com Estrada Municipal e Jorselem Nunes e a Oeste com Geni Batista de Souza,** tudo conforme memorial descritivo georreferenciado no processo em epígrafe que se encontra à disposição dos interessados na Comissão Especial Permanente de Discriminatória localizada na Avenida Jerônimo Monteiro, nº 1.000, Ed. Trade Center - Centro. CEP: 29010-935 - Vitória/ES. E convida os confinantes ou quem se julgar prejudicado e ainda a quaisquer interessados no pedido de **aquisição de área por legitimação junto ao Estado do Espírito Santo**, a apresentar suas impugnações, embargos ou suscitações de dúvidas por escrito a esta Comissão, na sede desta Autarquia dentro do prazo de 15 (quinze) dias da data de publicação do presente, findo o qual não serão mais aceitas impugnações, e a área será declarada devoluta, cumprindo os requisitos contidos na Lei 9.769, de 28 de dezembro de 2011, esta será regularizada em nome do requerente, caso contrário, havendo interesse, será feita a matrícula ou registro em nome do Estado do Espírito Santo. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado em jornal de circulação estadual, na sede do Escritório Local onde se situa o imóvel, na sede da Autarquia e no sítio eletrônico do IDAF (www.idaf.es.gov.br).

Vitória, 20/08/2020.